

RAÇA, NAÇÃO E CLASSE NA HISTORIOGRAFIA DE MOYSÉS VELLINHO

Mário Maestri

[...] a antiga Capitania d'El-Rei era parte integrante de um vasto país corajosamente cioso de seus limites geográficos, com uma tradição comum, e uma cultura, e uma língua, e um destino que lhe eram próprios.¹

Sobre alicerces humano tão vil, não se constrói uma civilização.²

1 Moysés Vellinho: continuidade e ruptura

Moysés Vellinho nasceu em 6 de janeiro de 1901, em Santa Maria, concluiu os estudos primários e secundários no tradicional ginásio Anchieta, em Porto Alegre, formou-se na Faculdade de Direito da capital, foi brevemente inspetor de ensino e promotor de Justiça em Caxias do Sul e Jaguarão. Ingressou na vida pública e cultural, em 1925, logo após a Revolução de 1923, no campo do borgismo e do PRR vitoriosos. Além disso, escreveu artigos políticos em *A Federação*, porta-voz do PRR, foi oficial de gabinete de Osvaldo Aranha (1894-1960), na Secretaria do Interior e Justiça, do governo do RS, de 1928 a 1930, e participou na Revolução de 1930, seguindo para o Rio de Janeiro, onde trabalhou, até 1932, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, junto a Osvaldo Aranha.

De volta ao RS, integrou o Partido Republicano Federal – PRF –, fundado por Flores da Cunha, após a Revolução Constitucionalista, de 1932, sendo eleito, por aquele partido, deputado para a Constituinte estadual, em 1935, e para a Assembléia Legislativa, em 1935-7. Foi diretor do *Jornal da Manhã*, quando a publicação tornou-se porta-voz do PRF. Apesar da dissidência

1 VELLINHO, Moysés. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: Porto Alegre: Globo/IEL, 1962, p. 73.

2 Idem. *Capitania d'El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964, p. 88.

de Flores da Cunha e do pouco gosto de Osvaldo Aranha para com o golpe de Getúlio Vargas, em 1937, apoiou o Estado Novo, participando do “Comitê Intelectual pró-Estado Novo”, foi designado membro do Tribunal de Contas do Estado, em 1938, e do Conselho Administrativo do Estado, de 1939 a 1945.

Moysés Vellinho foi nomeado juiz do Tribunal de Contas do Estado, pelo interventor general Ernesto Dornelles, quando o órgão foi restaurado, em 1945, mantendo-se na instituição até 1964. Dirigiu, de 1945 a 1957, a revista *Província de São Pedro*, editada pela Editora Globo, e a OSPA, durante vinte anos, de 1952 a 1972. Em 1964, apoiou o golpe militar, sendo designado para representar o Rio Grande do Sul no Conselho Federal de Educação. Morreu em 26 de agosto de 1980, em Porto Alegre, sendo designado postumamente patrono da 26ª feira do livro de Porto Alegre.³

Apesar de ter estreado e se consolidado no cenário cultural sobretudo como crítico literário⁴, utilizando comumente o pseudônimo de Paulo Arinos, e participado ativamente da política de sua época, Moysés Vellinho destacou-se sobretudo como historiador, tendo integrado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1949, e dirigido os 21 números da revista *Província de São Pedro*. A obra historiográfica de Vellinho é breve, limitando-se fundamentalmente a três livros sobre a história sul-rio-grandense: *O Rio Grande e o Prata: contrastes*; *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*; e *Fronteiras*. Destaque-se que o primeiro trabalho foi incorporado, com pequenas modificações, como capítulo do segundo.⁵

Apesar de seu ingresso na arena cultural regional, em 1925, quando de movimentada polêmica travada, nas páginas do *Correio do Povo*, com Rubens de Barcellos, sobre a literatura de Alcides Maya, constituísse rescaldo literário do confronto político-militar de dois anos antes, sua formação político-ideológica deu-se sobretudo quando da crise do federalismo sulino e brasileiro e da formação do Estado nacional, que dominou os anos 1930. A grande tese historiográfica de Moysés Vellinho será efetivamente a formação do Rio Grande como parte da expansão meridional lusitana. Em *Rio grande e o Prata: contrastes*, de

3 Cf. “Polêmico e muito exigente”, *Zero Hora*, Cultura, sábado, 28 de abril de 2001, p. 5; VELLINHO, Moysés. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: Porto Alegre: Globo/IEL, 1962. [nota biográfica]; GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EdiUPF, 2005; GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1998. pp. 99 et seq.

4 VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. Porto Alegre: Globo, 1944. [2. ed. 1960]; *Simões Lopes Neto*. Rio de Janeiro: Agir, 1957; *Machado de Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: São José, 1960; *Recortes do velho mundo*: notas a lápis. Porto Alegre: Sulina, 1970.

5 VELLINHO, Moysés. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*; *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964; *Fronteiras*. Porto Alegre: Globo/Ed. UFRGS, 1975.

1962, Moysés Vellinho declara: “[...] a antiga Capitania d’El Rei era parte integrante de um vasto país corajosamente cioso de seus limites geográficos, com uma tradição comum, e uma cultura, e uma língua, e um destino que lhe eram próprios”.⁶

Escreva áulico da “autenticidade luso-brasileira da formação rio-grandense”, em permanente defesa da visão do Rio Grande como parte integrante, desde suas origens, do Brasil lusitano, em sua produção historiográfica, Vellinho retoma, por um lado, os grandes temas das narrativas dos ideólogos da sociedade pastoril-latifundiária do século XIX e começos do século XX e, por outro, realiza uma clara superação dessa produção, ao realizar a apologia do unitarismo colonial lusitano, para melhor compreender a defesa do Estado nacional autoritário em construção, contra as passadas visões regionalistas e federalistas.⁷

2 A primeira historiografia sulina

Contamos, para a primeira metade do século XIX, sobretudo com quatro ensaios de interpretação sistemática sobre o Rio Grande do Sul: os *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, de 1819; as *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves, de 1822; as *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de Nicolau Dreys, de 1839; o diário da viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire através do Rio Grande do Sul, em 1820-21, publicado na França, pela primeira vez, em 1887.⁸

Os Anais de José Feliciano Pinheiro

Propõe-se que a historiografia sulina tenha nascido com os *Anais*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro [1774-1847]. Essa obra constitui efetivamente a primeira história do Rio Grande do Sul, extremo-sul da América portuguesa, escrita desde a ótica do Estado lusitano. Não constitui propriamente obra da historiografia brasileira ou sulina, mas trabalho sobre a região Sul do Brasil. O aditamento e reedição, vinte anos após a edição original, facilitou o desconhecimento dessa sua característica, já que adaptou a edição às sensibilidades dos rio-grandenses, cidadãos do império brasileiro.

6 Ibidem, p. 173.

7 Ibidem, p. 216.

8 PINHEIRO, J. F. F. *Anais da província de São Pedro: história da colonização alemão do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL, 1978; CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978; DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto: Nova Dimensão; PUC, 1990; SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779-1853). *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1820-1821. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.

José Feliciano nasceu em Santos, em 1774, filho de comerciante português abastado e de paulista de família proprietária de terra e de *índios*. Em 1792, partiu para Coimbra, onde se formou em Direito Canônico. Com as finanças familiares abaladas, estabeleceu-se em Lisboa, trabalhando como tradutor. Em 1800, partiu para o extremo-sul da colônia lusitana para fundar e ser juiz da alfândega das capitanias de São Pedro e Santa Catarina, sinecura que manteve até 1837.⁹

Os *Anais* nasceram da primeira relação de Feliciano com o sul da colônia. A obra foi editada três anos antes de 1822 e, portanto, pensada e escrita em um período em que o autor era burocrata do império lusitano. Em 1821, Feliciano foi eleito pelas províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul deputado à Constituinte portuguesa. Em Portugal, foi o único deputado a jurar a constituição lusitana. Ao voltar ao Brasil, após 1822, alinhou-se ao príncipe português. Deputado à primeira constituinte pelo Sul, apoiou o golpe imperial de 1823, sendo designado presidente do Rio Grande do Sul [1824-26], ao arpejo dos brios liberais regionais. Sua estrela feneceu durante a Regência devido à adesão a dom Pedro. Morreu em 1847, em Porto Alegre.

Historiador racionalista

Jose Feliciano foi historiador na acepção da palavra, participando da fundação do IHGB, em 1838. Formado sob o influxo do movimento de restauração liberal-conservadora do império lusitano, produziu obra racionalista apoiada na crítica da documentação e infensa ao providencialismo. Nos *Anais*, empreendeu história política do Rio Grande do Sul, desde o ponto de vista do Estado lusitano. Referiu-se à fundação de Sacramento e de Rio Grande, aos tratados e confrontos aos políticos na região. Sua periodização da história sulina teve longa vida.

Na descrição “topográfica” do Rio Grande do Sul e em outras passagens, a apologia da terra pelo autor acompanha a literatura tradicional sobre as possessões lusitanas. Não se tratava de olhar *nativista* de filho da região, por nascimento ou adoção. Os *Anais* apresentam o Rio Grande do Sul sobretudo como produto da luta lusitana. Não há narrativa sobre as singularidades da terra e de seu povo. José Feliciano refere-se amiúde aos nativos, devido a sua oposição à conquista, e não destaca a produção pastoril, a fazenda, o fazendeiro, o gaúcho etc.

Na primeira edição, há rápida referência aos “habitantes” livres do Sul, definidos como “inertes e vários, e de natural ferino”, e a afirmação de que o interior era dominado pelos “roubos, mortes e atentados”, devido aos “poucos progressos” da “moral”, das “leis” e do “espírito de sociedade”, nascidos do “ruim fermento” da população original, formada, segundo o autor,

9 PINHEIRO, J. F. F. *Anais da província de São Pedro*. Ob. cit., pp. 17-34.

pelo “enxurro da nação”, por “degredados” e “mulheres imorais e banidas”. Os poucos “casais” açorianos teriam “emigrado”, quando do descumprimento das promessas públicas. Devido à “inércia” da estância, seu habitante conheceria a “moleza, a ociosidade e a devassidão”, motivo de “misérias” e baixa “multiplicação da espécie humana”.

Feliciano anatematiza o churrasco ao acusar o “estancieiro” e o “charqueador” de “insensibilidade” para com o “espetáculo da dor e da morte” motivada pelo hábito de “despedaçar” a “cada passo uma rês”. Os “devoradores de vianda em geral” seriam “mais cruéis e ferozes que os outros homens”. A ausência de referências ao trabalho escravizado cativo não deve surpreender. Os *Anais* eram obra clássica dedicada aos grandes feitos e processos políticos lusitanos, não se preocupavam com a história social e econômica e a escravidão era vista como instituição natural.¹⁰

Gonçalves Chaves – primeiro economista sulino

Antônio José Gonçalves Chaves nasceu em Portugal, indo trabalhar jovem na colônia como caixeiro.¹¹ Ao escrever as *Memórias*, morava havia dezesseis anos no Brasil e era rico charqueador, em Pelotas. Homem de sólida cultura humanística e econômica, participou do primeiro Conselho Geral da Província, em 1828, da primeira câmara municipal de Pelotas, da primeira Assembléia Legislativa sulina, em 1834. Morreu afogado, em 1837, na baía de Montevidéu, para onde transferira sua charqueada, devido à Guerra Farroupilha.¹²

As *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil* são constituídas por textos emblemáticos escritos entre 1817 e 1822 e publicadas em 1822-3 – “Sobre a necessidade de abolir os capitães-gerais”; “Sobre as municipalidades, compreendendo a união do Brasil com Portugal”; “Sobre a escravatura”; “Sobre a distribuição de terras incultas” e “Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular”. Chaves era um liberal exaltado que espinafrava nos escritos o despotismo, elogiando o constitucionalismo de origem *popular*, que reconhecesse o direito de eleição do presidente da província pela população regional, grande causa das rebeliões liberal-federativas e separatistas de 1817 a 1845.¹³

O grande destaque do trabalho de Chaves é a crítica à escravidão, na Terceira Memória, apoiada nos avanços da “econo-

10 *Apud* CHAVES. *Memórias [...]*. Ob. cit. pp. 216-7.

11 SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779-1853). *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1820-1821. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p. 69.

12 Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. “O livro e seu autor”. CHAVES, A. J. G. *Memória [...]*. Ob. cit. pp. 15-18.

13 CHAVES, A. J. G. *Memórias [...]*. Ob. cit., pp. 42, 43, 29.

mia política” burguesa, permitidos pelo domínio do trabalho livre na manufatura européia. O fato de administrar grande quantidade de trabalhadores escravizados lhe teria facilitado desenvolver crítica radical e precoce da *economia política da escravidão colonial*. Chaves empreende sobretudo sua crítica no plano da “economia política moderna”, apresentando a “escravidão” americana como “sistema” sócio-produtivo, igual ao “feudalismo” e ao “capitalismo”, “reanimados” pelas nações européias na América. Assinala a mesma determinação tendencial do comportamento dos negreiros americanos, fossem quais fossem suas nações, pelas “circunstâncias” postas pela escravidão.¹⁴

Chaves apresenta a escravidão como “sistema” econômico-social que submetia, pela coação, o produtor direto a condições despóticas de vida. Desqualificando-o intelectual e moralmente, retirava-lhe incentivo ao trabalho, comprometendo o avanço tecnológico. Assinala a *desacumulação* tendencial ensejada pelo tráfico, a necessidade de altos gastos improdutivos de vigilância dos cativos etc. Lembra a limitação demográfica e a *ameaça* social da escravidão. Associa a liberdade política nacional à liberdade civil da população. Propõe o fim rápido do tráfico, em dezoito meses, e a abolição imediata. Se esta não é realizada, propõe medidas emancipacionistas. Chaves apresenta singularmente o africano e afrodescendente como trabalhadores iguais a quaisquer outros, caso fosse libertado da escravidão. Apesar de acenar às qualidades da imigração européia, assinala a incapacidade de progresso sócio-intelectual sob a escravidão, integrando nos fatos os afrodescendentes ao projeto de nação que defendia.¹⁵

Na última memória, realiza descrição sobretudo econômica do Rio Grande do Sul, onde se refere às cidades, população, atividades econômicas etc., apresentando mapas estatísticos. Anota o ingresso, em 1816-22, de 6.157 cativos. Assinala a existência de 2.098 trabalhadores escravizados nas “charqueadas e povoação” de Pelotas, com valores gerais superiores às 217 casas da aglomeração. Refere-se às exações da ocupação sesmeira; aos impostos; aos passos; à produção agrícola; à erva-mate; à criação animal etc. Conclui tratando do “caráter, usos e costumes” e “inclinações” dos povos da “província”, ou seja, os homens livres ricos e pobres, que, para ele, seriam “naturalmente generosos, francos e obsequiadores”. Referindo-se sobretudo aos *gaúchos*, afirma que eram ótimos cavaleiros, em combate, e habituais desertores, sobretudo quando estavam as “tropas em inação”.¹⁶

14 Ibidem, pp. 59, 60, 58, 71.

15 Ibidem, pp. 59-72.

16 Ibidem, p. 211.

Saint-Hilaire: raça, meio e cultura

O francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi naturalista e cientista de destaque em sua época. Iniciou em 1816 longa viagem científica através do Brasil. Retornou à França em 1822, iniciando, em 1830, a publicação de seus diários. O livro referente à viagem ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, realizada em 1820-21, foi publicado, por último, em 1887.¹⁷ Saint-Hilaire era simpático à restauração, compartilhando as visões apologéticas da hierarquia das raças e determinação dos povos e de seus costumes pelo meio.

A visão da *inferioridade* de americanos e de africanos nasceu da racionalização da exploração colonial. Sobre tudo no século XIX e em inícios do seguinte, essas narrativas procuraram apoiar-se na ciência. Saint-Hilaire ensaia explicação fisiológica para a *inferioridade* do índio. Para ele, os “negros, raça tão distante da nossa também”, seriam “entretanto superiores aos índios”. O naturalista abona os preconceitos nascidos da produção e do tráfico negreiro sobre a hierarquização das *raças* africanas: “[...] negros-mina, tribo bem superior a todas as outras [...]”.¹⁸

Saint-Hilaire e o *racismo científico* abominavam a miscigenação. Ele explicou a *ingratidão* de dois acompanhantes por serem mestiços. Comparando possivelmente as províncias de população maciçamente negra com a importante comunidade açoriana sulina, assinalou como “maior vantagem” do Rio Grande do Sul sua “população sem mescla”, patrimônio que deveria ser mantido, sobretudo contra à miscigenação do europeu com a nativa. O mestiço incorporaria as qualidades inferiores das raças dos progenitores. “[...] essas misturas farão a Capitania do Rio Grande perder a sua maior vantagem – a de possuir uma população sem mescla.”¹⁹ Destaque-se o caráter precoce da retórica do naturalista francês sobre a *excelência racial* relativa sulina.

A visão de Saint-Hilaire do trabalhador negro era pré-moderna, sobretudo em relação à de Chaves. Relacionando certamente as condições de existência dos cativos pastoris com as das fazendas e minas, o francês propôs que não haveria “lugar onde os escravos” fossem “mais felizes” do que no Sul, onde os “senhores” trabalhariam “tanto quanto os escravos”, manteriam-se “próximos deles” e os tratariam “com menos desprezo”. O “escravo” comeria “carne à vontade”, não andaria “a pé” e sua ocupação seria “galopar pelos campos”, coisa mais “sadia que fatigante”.²⁰ Registre-se a narrativa sobre o caráter privilegiado da

17 SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). *Voyage à Rio-Grande do Sul (Brésil)*. Orléans: H. Herluison Libraire-Éditeur, 1887. 644 p.

18 SAINT-HILAIRE. *Viagem [...]*. Ob. cit., p. 164 e 26.

19 Ibidem, pp. 199, 109.

20 Ibidem, pp. 80, 47.

escravidão, devido à economia pastoril, tarefa mais sadia do que fatigante.

Saint-Hilaire corrigiu a avaliação positiva da escravidão sulina ao conhecer as charqueadas, onde os cativos eram “tratados com rudeza”, o que se deveria, segundo ele, ao fato de os “negros” serem “em grande número e cheios de vícios”. Ele viajou pelo Sul, em 1820-21, no final de seu longo périplo pelo Brasil. Suas apreciações sobre a província foram mediadas pelo que vira, ouvira e avaliara em outras regiões onde, não raro, a população cativa, envolvida pela produção exportadora-mercantil, era bem mais abundante. Desde Napoleão, a escravidão fora restabelecida nas colônias francesas. Suas avaliações apoiavam-se nos pressupostos ideológicos classistas franceses e escravistas luso-brasileiros.²¹

Nicolau Dreys

Nicolau Dreys nasceu em 1781, na França. Militar e funcionário bonapartista, viajou ao Brasil após 1815, dedicou-se ao comércio, conheceu diversas províncias e viveu no Sul de 1817 a 1827. Dreys publicou sua *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, em 1839, no Rio de Janeiro, onde faleceu, em 1843. O livro foi reeditado em 1927 e em 1961.²² A obra de Nicolau Dreys constitui relatório abrangente do meio geográfico, dos centros urbanos, da população, dos costumes e da economia provincial. Trata-se de narrativa interessada na economia e sociedade, sem concessão à retórica e ao maravilhoso. Sobre as “minas”, lembra que, após grandes “esperanças”, viu-se que se tratava de ouro de “baixo toque, e de mina tão superficial” que logo “ficou exaurida.” Lembra que o ouro da região era o pastoreio.²³

No capítulo sobre a “População”, fornece informação sintética sobre a conformação da população, formada por “duas secções”: “livre” e “escrava”. A segunda era formada por “africanos” e “seus descendentes”; a primeira, conhecia “subdivisão” em “indivíduos em que circula sangue europeu” e os “indígenas”. Assinala longamente um terceiro grupo, os “gaúchos”, “formados originalmente do contato com a raça branca com os indígenas”. No resto do Brasil, acreditar-se-ia que a “população negra” sulina fosse “moralmente péssima” e que “péssima” também fosse “a condição [de existência] dos escravos”. Visão oposta à do cativo privilegiado, defendida pelos escravistas sulinos, por Saint-Hilaire e, mais tarde, pela historiografia

21 Ibidem, p. 73.

22 DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EdPUCRS, 1990.

23 Ibidem, p. 5.

regional. Dreys nega a proposta das más condições de existências do ativo.²⁴

Dreys propõe que jamais vira no Sul “os escravos nem mais viciosos, nem mais maltratados”. Afirma que o cativo tinha pouco que fazer nas estâncias e que nas charqueadas, mesmo sendo o trabalho “mais exigente”, não era “pesado”. Propõe que os “negros” eram bem alimentados, bem vestidos e bem tratados, obrigados apenas a “um serviço usual” ao “bom comportamento”. Compartindo as visões racistas e escravistas, defende que a escravidão era necessária para que o negro não se entregasse às “misérias e aos vícios”. Defende que o cativo submetia-se sem problemas à escravidão na África, mas se rebelava “em todas as mais partes do mundo”. Destaca que ser “soldado” “talvez” fosse a “única profissão” para qual o “negro” seria “naturalmente próprio”. Refere-se às tentativas e perigos de revoltas servis.²⁵

Dreys apóia-se nos argumentos justificativos da ideologia escravista luso-brasileira, como a vantagem da escravidão para o africano e de sua submissão ao cativo, já na África. Apesar do caráter ideológico, a informação fornecida por Nicolau Dreys enfatiza a contribuição do *nativo*, do *gaúcho* e do *cativo* à sociedade sulina. Como era normal no Império, considera como “rio-grandenses” apenas os homens livres.

3 A geração de 1880: o homem, o meio e a raça

Em 1868, em Porto Alegre, intelectuais republicanos, liberais e abolicionistas fundaram a Sociedade Partenon Literário. Em 1869, lançaram a revista homônima, com contos, poesias, peças teatrais etc. de corte romântico, inspirados sobretudo na Campanha. Essa produção contribuiu à consolidação de movimento ideológico pastoril-regionalista e não comportou trabalhos historiográficos sobre o Sul.²⁶ Entretanto, nos anos 1880, três trabalhos, de Alcides Lima, Assis Brasil e João Cezimbra Jacques, assinalam o surgimento de narrativa historiográfica orgânica e estabilizada sobre a formação social sulina, apresentada sobretudo nos dois primeiros ensaios, como caso único no Brasil, nascido das particularidades do meio, da raça e da organização socioeconômica singulares. Os trabalhos foram produzidos por autores influenciados pelo cientificismo que também determinou o surgimento do republicanismo sulino.

Em inícios dos anos 1880, jovens estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo fundaram o Clube 20

24 Ibidem, pp. 109, 122.

25 Ibidem, p. 129.

26 Cf. MARIANTE, Helio Moro. Perfil de um pioneiro. JACQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Porto Alegre: ERUS, 1979.

de Setembro para celebrar o movimento republicano sulino em processo de consolidação. Sob encomenda do Clube, em 1882, Alcides de Mendonça Lima publicou uma *História popular do Rio Grande do Sul* e Joaquim Francisco de Assis Brasil uma *História da república rio-grandense*. Os trabalhos associavam as visões tradicionais sobre a sociedade pastoril com o programa autonomista republicano sulino.²⁷

A obra de Alcides Lima aborda a história política sulina, da fundação de Sacramento à independência do Uruguai, obedecendo, em geral, à periodização e a muitas idéias da obra de José Feliciano. O livro destinava-se a ser “introdução necessária” ao livro de Assis Brasil, dedicado à Guerra Farroupilha.²⁸ Nativos da Campanha, os dois jovens influenciados pelo cientificismo republicano participariam, décadas mais tarde, da oposição liberal-pastoril à hegemonia do PRR que haviam fundado. Alcides Lima nasceu em Bagé, em 1859, filho de português e de brasileira. Abolicionista e republicano, participou da fundação do PRR, no qual militou ativamente nos primeiros tempos. Foi promotor público e juiz de Comarca.

Em sua *História popular*, Alcides Lima descreve, de forma ufanista, o meio e os recursos naturais e propõe que o Sul transbordasse “de animais”, pondo “a alimentação carnívora ao alcance de todos”. Registra a gênese sulina de “população, rica, culta e independente”, “baluarte contra a tirania”. Na época, o determinismo geográfico e racial era tido como dado *científico*. Alcides Lima participa da desqualificação de Saint-Hilaire do mestiço de europeu e nativo e defende, ao arrepio da realidade, que essa miscigenação ocorrera no Sul em “doses mínimas”.²⁹

Para Alcides Lima, a constituição do povo rio-grandense seria determinada pelo português, pelo açoriano, caracterizado pelo “amor ao trabalho”, pelo paulista, pelo mineiro e por imigrantes alemães, “morigerados e laboriosos”. No Sul, o imigrante teria encontrado o “clima” que lhe era “mais próprio”, idéia habitual nas décadas seguintes. Quando da colonização, o “índio” já se encontraria em “reduzido número”. Nessas regiões singulares, teria ocorrido a “coincidência feliz da raça povoadora com as qualidades físicas do local. Defende que a “vida fácil e folgazã dos campos” e os “exercícios constantes de destreza física e de independência moral” ensejaram que o “aparecimento das estâncias” constituísse o “primeiro passo da democracia rio-grandense”, sentida como necessidade pelos “estancieiros livres”.

27 Cf. LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul*. 2. d. Porto Alegre: Globo, 1935; BRASIL, Assis. *A Guerra dos Farrapos: história da República Riograndense*. Rio de Janeiro: Adersen, [sem data].

28 Cf. ASSIS BRASIL. *História da República Riograndense*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1882.

29 Cf. LIMA. *História [...]*, pp. 30, 41-50.

Refere-se elogiosa e ambigualmente ao “gaúcho”, que não confunde com o fazendeiro.³⁰

Joaquim Francisco de Assis Brasil

Assis Brasil nasceu em São Gabriel, filho de ricos estancieiros descendentes de açorianos. Em 1876-82, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido membro do Clube 20 de Setembro, para o qual escreveu sua *História da República Rio-grandense*. Participou da pregação republicana, da fundação do PRR, foi deputado provincial e constituinte. Opôs-se à orientação de Júlio de Castilhos ao PRR. Integrou a diplomacia brasileira e transformou-se no principal líder do latifúndio sulino, como candidato a governador do Estado, em 1922, e chefe político da Revolução de 1923. Além disso, participou da fundação do Partido Libertador, em 1929, apoiou transitoriamente a Revolução de 1930, quando da Frente Única rio-grandense, morrendo em 1938.

O ensaio de Assis Brasil abre seu trabalho com introdução apoiada no determinismo racial e geográfico na qual defende que todos os “característicos peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de constituição física” teriam “rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio”. O clima frio imprimiria “tom especial à fibra do habitante” sulino.³¹ Seu ufanismo é extremado: no relativo ao “solo”, o Rio Grande seria, no Brasil, “um mundo à parte.” A província teria veios preciosos de ouro, de prata, de “todos os minerais de mais fecunda utilidade”, em “prodigiosa abundância”! Enfatiza, ainda mais que Alcides Lima, a singularidade *étnica* sulina, que diferiria também do resto do país, plasmada pelo “meio cósmico” singular. Dedicava amplo espaço às etnias fundadoras – o “açoriano”; “português”; “paulista”; “mineiro”, algum “espanhol”, e poucos africanos e ainda menos nativos.³²

Reconhece que, nos anos 1830, “o sangue etiópico” já penetrara na “massa da população”, porém, sem “quantidade eficiente que acentuasse” uma “influência decisiva”. Nessa época, os americanos já haviam praticamente desaparecido, subsistindo apenas “caboclos puros na sua quase totalidade”. Na “população rio-grandense”, o “elemento africano e autóctone” teriam exercido “ação quase nula”. Os “atributos físicos” e “morais” superiores do rio-grandense em relação ao “nortista” e ao “caipira” paulista seriam produto da ação direta e indireta do meio – clima singular, alimentação à base da carne etc.³³

30 Ibidem, pp. 97-99; 103-4; 125.

31 BRASIL. *A Guerra dos Farrapos*. Ob. cit., p. 34.

32 Ibidem, pp. 11, 19, 21.

33 Ibidem, pp. 26, 29, 31, 40.

Também para Assis Brasil a carne do gado abundante alimentaria o “rico” e o “pobre”. A fazenda pastoril, de “fácil aquisição”, nivelaria em geral “as condições de fortuna”, ensejado trabalho tido pelo “gaúcho” como “divertimento”. Propõe que a “lida” pastoril, “bárbara e fogosa comparava-se aos “ásperos trabalhos da guerra”. Sua conclusão sobre o Sul é peremptória: “[...] não há província tão diversa do resto do país – [...] que rigorosamente não tem com qualquer das suas irmãs exato ponto de coincidência geográfica ou etnográfica”.³⁴

O primeiro tradicionalista

João Cezimbra Jacques nasceu em Santa Maria, em 1849, de família de raízes rio-grandenses, catarinenses e baianas. Ingressou jovem na carreira militar, participou da guerra contra o Paraguai, cursou e integrou o quadro de instrutores das academias militares do Rio Grande do Sul. Era positivista e participou da fundação do PRR. Organizou o “Grêmio Gaúcho”, em Porto Alegre, em 1898, para cultivar as lides campeiras. Para o positivismo comtiano havia raças *diferentes*, e não *superiores e inferiores*, devido às diversas dominâncias da *inteligência*, *afetividade* e *atividade*. Os “negros” seriam superiores aos “brancos” no *sentimento* e inferiores na *inteligência*. Os “amarelos” seriam superiores a ambos na *atividade* e inferiores na *inteligência* e *afetividade*.³⁵

Indigenista e protetor dos nativos, Cezimbra Jacques possuiria traços indiáticos. Falava francês, guarani e conhecia elementos do caingangue. Em seu livro *Costumes do Rio Grande do Sul*, precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica, a apresentação geográfica da província possui apenas referências laudatórias tradicionais. O destaque dado à importância dos “primeiros habitantes” à formação da sociedade rural e urbana sulina contrapõe-se à leitura de Alcides Lima e Assis Brasil. Cezimbra Jacques empreende sobretudo apresentação das principais “povoações”, mais próxima do projeto de Chaves e Dreys, assinalando a grande incidência de cativos nos levantamentos estatísticos. Dedica o livro sobretudo à descrição e análise da “população”, do “gaúcho” e das “estâncias”, abordando os “divertimentos”, as “danças”, a “poesia”, o “vocabulário” etc.³⁶

34 Ibidem, pp. 37, 42, 48.

35 Cf. MARIANTE, Helio Moro. “Perfil de um pioneiro”. JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: ERUS, 1979, pp. 9-11; 78-79.

36 Ibidem, pp. 15, 20, 38.

Origem pura

Na descrição dos ascendentes do rio-grandense, associa à proposta da grande contribuição dos lagunenses, paulistas, mineiros, açorianos, espanhóis a contribuição dos “tapes, minuanos, botucaris, guaicanans e talvez de charruas”. Não desconhece a importância da população cativa, assinalada ao apresentar informações estatísticas, mas propõe que: “[...] os negros africanos, que o egoísmo [...] impeliu aos traficantes a abusarem da natural inferioridade moral dessa raça para introduzi-los não só nesta província em pequeno número, como em maior, nas outras partes do Brasil e de toda a América [...]”. Desqualifica numericamente a introdução no Sul do africano, em relação ao resto do Brasil, e sua qualidade *racial*, e propõe que ele “muito pouco” teria se “combinado com os brancos, devido a uma natural repugnância na aproximação dos sexos [...]”.³⁷

Concordando parcialmente com o *racismo científico*, propõe que os “rio-grandenses herdaram” os dotes raciais hereditários *excelentes* dos “paulistas”, “mineiros”, “açorianos”, “lagunenses”, “espanhóis” e “índios tapes e minuanos” e não tiveram sua *qualidade racial* rebaixada pela influência *africana*. Assinala que os “biólogos” definiam como “hereditariedade” a “lei natural” que determinava que as “espécies animais herdavam todas as qualidades morais e físicas” de seus “progenitores”. Às determinações raciais, junta as influências do meio, clima e alimentação. A alimentação sulina baseada no “leite de vaca, na carne do gado *vaccum*” e as práticas pastoris teriam contribuído para a força e nobreza do sulino.³⁸

Em boa parte apoiado em Nicolau Dreys, disserta sobre o gaúcho, habitante da Campanha, descendente sobretudo de “tapes e minuanos”, comumente miscigenados como o portugueses, integrando o *gaúcho* ao mito fundador da sociedade sulina. Reafirma que a carne farta livrava a população da necessidade econômica e empreende valiosa descrição das práticas pastoris, vistas romanticamente como tarefas duras e lúdicas, das quais não aliena a contribuição do cativo campeiro. Não desenvolve, porém, como Alcides Maia e, sobretudo, Assis Brasil, defesa da *singularidade* e *excelência* das condições de vida sulina devidas à democracia pastoril.³⁹

O alijamento do cativo e do nativo – à exceção de Cezimbra Jacques – da cepa original sulina, devido às *qualidades raciais inferiores*, exclui dois elementos fundamentais do mundo do trabalho. As referências telegráficas desses autores aos cativos, durante a *luta abolicionista*, registram sobretudo a desqualificação social do cativo e a idéia de que não fazia parte do “povo”

37 Ibidem, p. 45.

38 Ibidem, p. 47.

39 Ibidem, pp. 66, 47, 63, 65.

sulino. Destaque-se também a reconstrução mítica do passado, através da racionalização sociológica da proposta ideológica da excelência regional devido à fazenda pastoril sem contradições sociais.

4 História e mito: democracia pastoril e pureza étnica no Rio Grande do Sul

Na primeira metade do século XX, quando o novo bloco político-social republicano estabeleceu sua hegemonia sobre a região, dois intelectuais orgânicos, um de orientação castilhistas, o outro de raízes liberal-pastoris, apresentaram interpretações sociológicas organicamente consolidadas que também defendiam a singularidade da formação social sulina, apoiados nos mitos da democracia pastoril, da produção sem trabalho, da qualidade étnica regionais, da alienação do afro-sulino da formação sulina.

Rubens de Barcellos nasceu em 1896, em Porto Alegre, onde se formou em Direito. Filho de comerciante de posses, dedicou-se aos estudos históricos, sociológicos e literários. Morreu em 1951. Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho editaram reunião de seus trabalhos.⁴⁰ O “Esboço da formação social do Rio Grande do Sul” integra pioneiramente em forma orgânica os grandes movimentos sócio-produtivos da evolução sulina, segundo o receituário republicano-positivista. Sua interpretação apóia-se claramente na obra *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento.⁴¹

Barcellos assinala a gênese do sul lusitano em torno das primeiras fazendas de criação, nascidas após a fundação de Sacramento, em 1680. Destaca a chegada, estabelecimento e contribuição dos colonos açorianos, fiéis, trabalhadores e ordeiros, de sangue puro e “indene” à “mescla” racial, que originaram no Sul uma sociedade disciplinada e hierarquizada, em torno dos burgos militares, referências do poder real lusitano. Em antagonismo com as povoações e populações do Leste, surge na Campanha “classe numerosa de aventureiros que, abandonando a existência afanosa da labuta agrícola, entregava-se ao nomadismo sedutor da preia de gado nas linhas da fronteira”. A interiorização se fortalece, desde 1780, com a fundação das charqueadas. Essa população e militares, junto com “castelhanos”, teriam originado a classe dos senhores de “extensas fazendas”, exploradas por “agregados” e “peões”.

40 BARCELLOS, Rubens de. *Estudos Rio-Grandenses*: motivos de história e literatura: coligidos e selecionados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho. Porto Alegre: Globo, 1955. pp. 20-38.

41 Idem. “Esboço da formação social do Rio Grande”. Ob. cit. pp. 20-38; SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*: civilização e barbárie no pampa argentino. Trad. A. G. Schlee. Porto Alegre: EdUFRGS; EdIPUCRS, 1996.

Para o autor, “essas massas rurais, afastadas da disciplina”, localistas, centrífugas encarnavam “o espírito territorial”, oposto ao centralismo “reinol”. Com a crise da produção tríticola, o mundo pastoril dominara o Sul. Barcellos radicaliza as referências laudatórias, apresentando os trabalhos pastoris como “diversão”, parte de sociedade que não conheceria diferenças de classe. Barcellos propõe que entre as “causas igualmente poderosas” da fraternização pastoril encontrava-se a “quase ausência da escravidão” no pastoreio. Escuda-se em Sarmiento para propor que a produção pastoril “não tem o caráter regular, obrigatório e necessário, do trabalho da lavoura ou da fábrica”, já que os “pastores” apoiariam-se, não na escravidão dos homens, mas na “escravidão do gado” para livrarem-se do trabalho.

Fontes eruditas

Para Barcellos, a fazenda pastoril aproximava fazendeiros e peões. “Fora dos momentos de atividade intensa do desporto guerreiro dos rodeios, o pastor rio-grandense é um ocioso.” A oposição entre a população ordeira fiel da cidade e o mundo rural centrífugo seria superada, desde 1824, com o ingresso por uma nova “raça” de “germanos louros, persistentes e laboriosos”, seguidos por outros europeus, que teriam retomado o cabo do arado abandonado pelo açoriano. O impulso agrícola europeu se faria sentir a seguir na indústria e no comércio.

Barcellos assinala que a massa de imigrantes estava “se amalgamando, lentamente, de geração em geração, no nosso corpo social”, difundindo “a própria civilização ocidental”. No novo contexto de domínio econômico e demográfico da produção colonial-camponesa, à Campanha não restaria outro caminho do que se subsumir ao “industrialismo contemporâneo”, transformando-se em “estabelecimentos meramente industriais”.

Barcellos integra a narrativa tradicional sobre a formação social sulina singular, de origem latifundiário-pastoril, à nova leitura do Rio Grande do Sul como sociedade de homens trabalhadores, industriais e ordeiros, de origem européia, com crescente destaque para os imigrantes que realizariam o destino *industrial* sulino, como prognosticavam a sociologia e o programa republicano-positivistas. O cativo é expurgado do cenário social e histórico.

O elogio de Salis Goulart

Desde meados do século XIX, ideólogos do “racismo científico” e do “darwinismo social” impugnaram as possibilidades de progresso do Brasil, devido a sua população mestiça e negra. Na Primeira República, intelectuais de destaque, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, defenderam a superação do *handicap étnico* do Brasil através de *branqueamento* promovido pela imigração. A partir de 1889, a conquista pelo PRR da hegemonia

sobre o Rio Grande do Sul dera-se em parte devido ao apoio da região serrana. Na Revolução de 1923, o PRR obtivera sua definitiva vitória sobre a oposição liberal-pastoril, em boa parte devido ao apoio da região colonial-camponesa.

José Salis Goulart nasceu em Bagé, em 1899, e faleceu, em Pelotas, em 1934. Escreveu ensaios de poesia, ficção, política e sociologia. Em 1927, lançou *A formação do Rio Grande do Sul*, apologia sociológica do passado sulino visto como produto singular das determinações do “meio”, de “raça” e “sociais”. O livro empreende retomada dos mitos da democracia e da produção pastoril sem trabalho, aos quais agrega exposição sobre o caráter benigno da escravidão sulina e o destino excelente do Sul, devido a sua “pureza étnica”.⁴²

Salis Goulart reconhece o retrocesso pastoril diante da propriedade colonial. Alfinetando o regime castilhistaborgista vitorioso em 1923, afirma que a “democracia e a liberdade” seriam “necessidades vitais do gaúcho”, já identificado ao fazendeiro. O desaparecimento inicial da pequena propriedade agrícola teria levado o homem pobre a incorporar-se à fazenda, em torno de um “chefe” que manteria “ligações amistosas” e trabalharia ombro a ombro com os subordinados. O “povo” sulino desconheceria a “atitude humilde” das “populações centrais” pobres. A “abundância de alimentos” determinara a “formação da democracia gaúcha”. A “carne”, que “apodrecia nos campos”, impedia que o Sul conhecesse os “bandos de gente faminta, a procurar trabalho” por qualquer sustento, ensejando que o “trabalhador do campo” servisse “espontaneamente” o patrão, “seu amigo e, por assim dizer, seu igual”.⁴³

Para Goulart, a fazenda organizava radicalmente a sociedade. Aqueles que não “possuíam latifúndios” conheciam comumente a “separação e a dissolução” das “famílias”. Dominadas pelo campo, as cidades não conseguiam formar classes que “ofuscassem a população rural”. A vida na fazenda era uma “festa contínua” e a vida do gaúcho, romântica e bucólica. O autor não nega a presença do cativo, superando retoricamente o paradoxo da convivência da escravidão e da democracia ao propor que o “espírito democrático” pastoril formara-se antes da “grande introdução do elemento negro”.⁴⁴

Clima e raça

O caráter benigno da escravidão sulina seria também devida ao fato que o clima sulino, favorável ao europeu, garantia à “raça dominante” “superioridade de cultura e de aptidões” sobre

42 GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST, Martins Livreiro; UCS Caxias do Sul, 1978, p. 199.

43 Ibidem, pp. 27, 28, 29, 35, 41.

44 Ibidem, pp. 31, 35, 83, 48.

as “outras”. No Sul, os “dominantes” não necessitavam “tiranizar os dominados”, pois a “sua superioridade era natural, harmoniosa em tudo”. Profundamente “generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos [...] com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil.” As notícias de “levante de escravos” referentes ao Rio Grande do Sul teriam sido “boatos” sem “aspecto sério” nascidos do mero “temor”.

Goulart participava dos desvarios das teorias racistas de sua época, escrevendo capítulo específico sobre o “Problema das raças” no Sul. Para ele, a hierarquia racial era dado científico e a “mestiçagem” representava “papel importante na gênese dos acontecimentos sociais”, ao produzir um ser biológico “inferior a qualquer dos seus genitores”. Retomando de Oliveira Vianna a proposta de que no Sul o “elemento branco teria predominado de modo notável”, defende que esse “contingente de raça branca, fundida com menor coeficiente de sangue indígena e africano”, garantiria o destino rio-grandense.⁴⁵

Goulart empreende verdadeira *limpeza étnica* na formação étnico-social sulina. Reconhece a importante contribuição do nativo à população inicial e propõe que a “grande mortandade” dos nativos, devido à “vida irregular que levavam”, à “sífilis”, ao “álcool”, e à “varíola”, teria-os dizimado em “numero extraordinário”, permitindo a “predominância incontestável” do “sangue branco”. Propõe que as estâncias trabalhavam com poucos braços e reconhece que as “zonas de intensa agricultura” e os “centros de fabricação de charque” exigiam “escravidão numerosa”. Porém, o “sangue negro, bem depressa”, teria desaparecido no Sul, “confundindo-se no sangue branco”, permitindo que a população sulina já fosse em 85% “ariana”.⁴⁶

Para Goulart, havia que saudar a “vantagem” do “Sul” por ter tido, sempre, um “coeficiente branco maior do que o negro ou índio”, que lhe assegurara a “fisionomia” “européia, cheia de humanismo, de generosidade, de probidade”. As qualidades dos “elementos superiores” haviam-lhes garantido a capacidade de “guiar para o bem os inferiores [*sic*], evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais”. O futuro ridente do Rio Grande do Sul estaria garantido pois, com o “afluxo sempre maior e cada vez mais crescente do sangue europeu”, os “mestiços tenderam” e tenderiam a “retornar, pelo fenômeno de regressão atávica, ao tipo branco”. “A grande massa branca que possuímos guiará para destinos superiores o povo gaúcho, elevando-o a uma alta posição no seio da comunidade brasileira.”⁴⁷

45 Ibidem, p. 107.

46 Ibidem, pp. 179, 180.

47 Ibidem, pp. 107, 170, 188.

5 Moysés Vellinho e as virtudes da raça branca

De 1937 a 1945, a ditadura do Estado Novo impôs profundo consenso cultural nacional-conservador sobre o Brasil. No Sul, o novo regime não causou rupturas estruturais no que se refere à *intelligentsia* rio-grandense, pois, em boa parte, apenas *nacionalizou* a ordem *castilhistaborgista* regional, que inspirara a própria gênese do Estado nacional autoritário. Em geral, os intelectuais do Partido Republicano Rio-Grandense, do Partido Republicano Liberal e, até mesmo, do Partido Libertador, adaptaram-se e colaboraram, sem maiores resistências, mais ou menos plenamente, com a nova ordem. Apenas alguns intelectual de qualidade como Dionélio Machado, Cyro Martins, Ivan Pedro Martins, Pedro Wayne, em geral ligados ao Partido Comunista, mantiveram-se na oposição cultural e ensaiaram interpretações dessacralizadoras, sobretudo na literatura ficcional, em especial sobre a sociedade pastoril rio-grandense.⁴⁸

A adesão sem sobressaltos da intelectualidade rio-grandense ao Estado novo tendeu a escamotear algumas transformações estruturais, no seio das visões dominantes sobre o passado. Anteriormente, a descentralização e o federalismo, defendidos de pontos de vistas diversos, pelos intelectuais e políticos favoráveis ao liberalismo pastoril ou à modernização burguesa conservadora positivista, interpretavam a luta pela extensão da autonomia política, que as classes dominantes regionais empreenderam, no Império e na República Velha, como expressão da autonomia sócio-econômica tendencial de fato do Rio Grande do Sul. Antônio Gonçalves Chaves, Assis Brasil, Salis Goulart, Rubens de Barcellos etc. foram expressão excelentes dessas visões que, de óticas diversas, destacavam a singularidade do rio-grandense e do Rio Grande do Sul em relação ao brasileiro e ao Brasil.

A nova ordem surgida em 1930 militava pela construção de um Estado nacional, burguês, autoritário, centralizado, necessário ao desenvolvimento da produção industrial, voltada para o mercado interno e centrada no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Para tal, combatia duramente as visões regionalistas e federalistas dominantes na República Velha. No novo contexto, as representações de cunho autonomistas foram *superadas* pelas leituras realizadas por autores como Souza Docca, Othelo Rosa, Amyr Borges Fortes e Riograndino da Costa e Silva, que defenderam, em um nacionalismo de cunho teleológico, o pertencimento da região e de sua população, desde os primórdios, a uma nação que surgiria, inicialmente, em 1822, da vitória da proposta de Estado monárquico, unitário, autoritário e escravista e,

48 Cf. GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Ob. cit. pp.128 et seq.

sobretudo, a partir do desenvolvimento do Estado-nação brasileiro, a partir dos anos 1930.⁴⁹

Moysés Vellinho destaca-se entre os apologistas da brasilidade do rio-grandense e do Rio Grande do Sul. Talvez melhor do que qualquer outra, sua literatura histórica registra, devido à sua trivialidade, e não a sua excelência, o que foi mantido e o que foi rejeitado das interpretações historiográficas, na construção da nova narrativa sobre o Rio Grande como parte integrante, desde sempre, apenas singularizada devido ao meio e à história, da construção lusitana do Estado nacional brasileiro. Sua manipulação das fontes, relatos, métodos historiográficos etc. permite desvelar com singular nitidez as raízes apologéticas e ideológicas das teses que defende.

A grande inspiração de Moysés Vellinho são os *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, que, ao escrever sua obra, em 1819, como assinalado, apresentou o Rio Grande como mero produto da obra e do gênio civilizador do lusitano na América. Nesse sentido, a apologia de Vellinho do Estado autoritário brasileiro, na segunda metade do século XX, constitui desdobramento do elogio do burocrata ao Estado lusitano, de inícios do século XIX. Em *A historiografia rio-grandense*, Ieda Gutfreind lembra que o nome da célebre revista dirigida por Vellinho, *Província de São Pedro*, era homenagem à obra do visconde de São Leopoldo, e ressalta o fato que a revista trazia “como ilustração em sua capa o pórtico do Solar dos Câmaras”, residência de José Feliciano, primeiro presidente da Província, e de seu genro, o Visconde de Pelotas, o primeiro governador republicano do Estado.⁵⁰

Latifúndio e democracia pastoril

Uma importante ruptura de Moysés Vellinho em relação à visão historiográfica anteriormente dominante é o escasso espaço que concede à retórica da fazenda pastoril como fator formador de uma sociedade rio-grandense singular em relação ao resto do Brasil, elemento central nas leituras de autores como Assis Brasil, Alcides Lima, Rubens de Barcello e Salis Goulart. Nos seus três trabalhos, não apenas dedica pouco pouca atenção à estância e à retórica da democracia pastoril, como termina assinalando que, na época em que escrevia, o latifúndio já era “fator de deterioração social”.⁵¹

49 FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968; SILVA, Riograndino da Costa e *Notas a margens da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968; DOCCA, Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

50 GUTFREIND. *A historiografia [...]*. Ob. cit. p. 105; VELLINHO, Moysés. *Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: Globo/IEL/SEC, 1962; *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970; *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/UFGS, 1975, pp. 101, 105.

51 VELLINHO. *Capitania D'El-Rei*. Ob. cit., p.179.

Uma das principais operações de Vellinho é a peremptória desqualificação, para o Rio Grande, da tese de Sarmiento, para o Prata, retomada por Rubens de Barcellos, para as regiões sulinas, da contradição estrutural entre uma sociedade rural e pastoril centrífuga, refratária à civilização e a autoridade estatal, e a cidade, centro da ordem, da civilização, da constituição do Estado. Ao enfatizar a falta de contradição, no Sul, entre o morador citadino e o rural, afirma: “Entre as populações do campo e dos centros urbanos nem sombra de barreira ou ruptura”.⁵²

Em *Rio Grande e o Prata: contrastes*, de 1962, ensaia explicação sobre a diversidade entre uma formação pastoril platina, dominada por desordem e insubordinação materializadas no poder dos caudilhos, e o mundo rio-grandense, com a mesma constituição sócio-econômica de base, regido, ao contrário, pela permanente obediência ao rei e ao Estado. Para ele, essa diversidade, no contexto, “do mesmo sistema básico de atividade – o pastoreio – desenvolvido num cenário físico semelhante, e parcialmente fundado, [...] na experiência e nas práticas do campeador nativo”, dever-se-ia a “fatores históricos, psicológicos e raciais”. No desenvolvimento de sua narrativa, enfatiza, porém, sobretudo a raça como causalidade da diversidade entre o espaço pastoril platino e luso-brasileiro, deduzindo comumente as diversidades históricas e psicológicas das características de raça.⁵³

Para Moysés Vellinho, o rio-grandense e o gaúcho sul-brasileiro seriam uma verdadeira antítese do ente anti-social dos pampas platinos: “[...] os fundadores e povoadores da antiga Capitania d’El-Rei não revelaram a menor disposição para os rasgos de violência geradores do estado de tensão e revolta [...]”.⁵⁴ Entre citadinos, estancieiros, capatazes e peões luso-rio-grandense reinaria a mais total concórdia. Ao contrário do oriental, o gaúcho rio-grandense seria fonte de virtudes laborais e distinguir-se-ia pelo “constante serviço ao rei” e aos “interesses da estância a que se achavam agregado”.⁵⁵

Fronteira na formação rio-grandense

A subordinação do fazendeiro e do gaúcho rio-grandenses ao rei e ao Estado nasceria do perigo castelhano, que os transformaria em defensores dos interesses, particulares e nacionais, na fronteira sul do império luso-americano. “Os nossos campeadores, ao contrário dos nossos vizinhos orientais, que então desconheciam até os rudimentos mais primitivos de organização social, já se apresentavam em nome de móveis menos obscuros

52 Idem. *O Rio Grande [...]*. Ob.cit., p. 42.

53 Ibidem, p. 9.

54 Ibidem, p. 37.

55 Ibidem, p. 57.

– o constante serviço do rei e os interesses da estância a que se achavam agregados.”⁵⁶

Enquanto o fazendeiro e o gaúcho platino eram um caudilho e um rebelde, o “fronteiro” rio-grandense, desde o “sesmeiro até o peão”, seria ao “mesmo tempo pastor e soldado” ao serviço do rei e de seus interesses individuais.⁵⁷ A proposta de um gaúcho sulino submetido ao fazendeiro e ao rei não possui base histórica, sendo construída através do desconhecimento da farta documentação sobre os magotes de gaudérios insubmissos que vagavam pelos pampas, negando-se a trabalhar permanentemente nos campos recém-apropriados pelos estancieiros. Uma população significativa, ainda que, talvez, não tão numerosa e socialmente significativa como na Argentina e no Uruguai, devido à importância do cativo campeiro, no Rio Grande do Sul.

Como no Prata, nos séculos XVIII e boa parte do XIX, os gaúchos sulinos praticavam também do abate clandestino do gado pelo couro e pela carne, desrespeitando os direitos de propriedade dos grandes proprietários. Em 1823, em suas *Memórias ecônomo-políticas*, Gonçalves Chaves anotava sobre essa população: “[...] há [...] pouco escrúpulo em matar reses para comer andando em viagem e tomar cavalos sem consentimento [...]. Quando algum é colhido em flagrância [sic][...] o castigo é sempre arbitrário e o ladrão, solto em poucos dias [...]”.⁵⁸

Em 1830, o Presidente da província de São Pedro propunha que os “homens criminosos”, “vadios”, “vagabundos”, “viciosos”, que pululariam no Sul, “sem ubi certo”, atentando contra a “segurança individual e a propriedade”, fossem “remetidos para o serviço da Esquadra” ou outro qualquer.⁵⁹ Na mesma época, em *Notícia descritiva do Rio Grande do Sul*, o francês Nicolau Dreys falava da depredação dos gados das fazendas por “roubadores” e “viajantes”.⁶⁰

Na visão de Vellinho, a fronteira – título de seu livro de 1975 – constitui elemento essencial na formação do fazendeiro como soldado luso-brasileiro fiel ao seu rei e permanentemente oposto à expansão castelhana. A contradição entre sua tese e a guerra separatista dos grandes criadores da Campanha e da Fronteira, em 1835-45, é resolvida com a afirmação retórica, em oposição às evidências históricas, de que a “rebelião farroupilha” fora “uma conspiração em que não se distinguiam os homens da ci-

56 Ibidem, p. 57.

57 Ibidem, p. 58.

58 CHAVES, Antônio Gonçalves Chaves. *Memórias ecônomo-políticas [...]*. Ob. cit., p. 214.

59 ROCHE. L' *Administration [...] du Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, [s.ed.], 1961, p. 67.

60 DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão; PUC, 1990, p. 94.

dade e os homens do campo”!⁶¹ Para Vellinho, a revolta fora circunstancialmente separatista, para melhor obter a integração à nação!⁶²

A raça do gaúcho

A fronteira delimita e separa dois territórios. Portanto, ela podia ser apenas causa subordinada da explicação da singularidade rio-grandense, já que os mesmos elementos que determinavam o comportamento do fazendeiro e do gaúcho rio-grandense operavam igualmente sobre o fazendeiro e o gaúcho platino, segundo o autor refratários à ordem, ao rei e ao Estado nacional. Apoiando-se nas visões racistas de, entre outros, Saint-Hilaire, Assis Brasil, Alcides Lima, extrapoladas por Salis Goulart, Moysés Vellinho defende, extensamente, como o grande fator diferenciador da formação social platina e rio-grandense a *excelência* racial do gaúcho, do lado de cá, e sua desqualificação, do lado de lá!

Moysés Vellinho apresenta o *gaúcho* platino como produto da miscigenação degradante de espanhóis, índios e negros. Sob o tacão arrogante da elite espanhola, o *gaúcho* seria, por sua natureza racial, uma espécie de pária, infenso à civilização. Explica, portanto, como devida à baixa qualidade racial do *gaúcho*, existia a oposição, no Prata, defendida por Sarmiento, entre a cidade – centro de “civilização” – e o campo – reino da “barbárie” –, onde a “ralé campeira” aglutinava-se “obscuramente em torno do caudilho”.⁶³

Segundo Vellinho, a diferença essencial e determinante entre o gaúcho platino e o sul-brasileiro seria sobretudo racial: “[...] o componente indígena se apresenta [...] como elemento fortemente diferenciador no confronto entre os dois tipos históricos do Prata e do Rio Grande do Sul”. O sangue espanhol estaria *sujo* e sangue indígena e o sul-rio-grandense se encontraria praticamente *limpo* dessa herança vista como degradante.⁶⁴

Nos anos 1960 e 1970, Vellinho retomava no essencial, sem grandes modificações, as visões sobre as raças superiores e raças inferiores e a decadência moral, física e espiritual dos mestiços, delineadas para o Sul, por Saint-Hilaire, nos anos 1820; por Assis Brasil e Alcides Lima, nos anos 1880, e elevados ao extremo por intelectuais como Salis Goulart, nos anos 1920 e, a seguir, por autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, nos anos de 1930 e 1940, durante o período de esplendor do nazi-fascismo.

61 VELLINHO. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit. p. 44.

62 GUTFREIND. *A historiografia [...]*. Ob. cit. p. 137.

63 VELLINHO. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit. p. 27.

64 Ibidem, p. 34.

Vellinho retoma as propostas tradicionais da pureza étnica sulina: “[...] o Rio Grande do Sul é, desde as raízes até a construção de sua legenda heróica, fruto de uma laboriosa empresa exclusivamente luso-brasileira”.⁶⁵ Para comprovar a tese torta, ignora a contribuição do trabalhador africano e afrodescendente escravizado e empreende ampla e sistemática desqualificação racial do *índio*, que, para ele, também não teria desempenhado qualquer papel na civilização sulina.

A sub-raça guarani

Para Moysés Vellinho, o guarani era raça inferior, subumana, de baixo nível intelectual, absolutamente desqualificada para o trabalho e para a civilização, conhecedora de todos os defeitos e nenhuma qualidade: “[...] uma apatia de que só se curavam por castigo ou temor. Sua aversão ao trabalho, sua pesada irresponsabilidade, sua instabilidade de caráter, sua inclinação para os vícios [...]”.⁶⁶ Em verdade, o guarani seria *raça* em processo de desaparecimento: “[...] pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até aos doze anos. Ai parava ou entrava em processo de involução”.⁶⁷

Vellinho soluciona a contradição posta pela construção da sociedade guarani-missioneira, apresentando-a como produto da direção autoritária dos jesuítas sobre uma massa populacional nativa infantilizada: “[...] o certo é que a experiência daí resultante veio demonstrar que o guarani isoladamente, isto é, segregado dentro dos limites de sua raça, jamais poderia ser contado como fator ativo de civilização”.⁶⁸

“Muita coisa se havia podido construir com o suor obscuro do índio, até igrejas de proporções monumentais, mas na sua condição de homem ele era simplesmente ‘inconstrutível’ [...]”.⁶⁹ As missões seriam, portanto, experiência explicável apenas devido ao exercício da violência jesuíta: “Sua obscura tradição cultural, suas vivências elementares, seu imemorial nomadismo, tudo lhes foi interceptado bruscamente. Fixado ao solo, o catecúmeno, antes livre como os bichos do campo e da floresta, teve que sujeitar-se, sob o medo do castigo, a novos tipos de trabalho e de vida”.⁷⁰

Vellinho era um racista que compartia das exóticas e macabras teorias eugênicas que propunham a melhoria da espécie

65 Idem. *Fronteiras [...]*. Ob. cit. p. 200.

66 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p. 83.

67 Ibidem, p. 82.

68 Idem. *O Rio Grande e o Prata*. Ob.cit., p. 32.

69 Ibidem, p. 109.

70 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p. 81.

humana através da seleção de reprodutores de maior rentabilidade genética, ao igual dos métodos utilizados para o refinamento do gado vacum. O guarani seria sub-raça capaz de sobreviver à extinção apenas através da mestiçagem com a raça “superior” européia. “[...] os missionários não puderam fugir à acabrunhadora conclusão de que as sucessivas gerações de índios [...] pertenciam a uma raça irrecuperável, em franca regressão histórica! Parece que só havia uma alternativa para de certo modo resguardar a sobrevivência do sangue indígena – o cruzamento com o branco.”⁷¹

Entretanto, acompanhando as elucubrações apologéticas do “racismo científico”, Vellinho apresenta o mestiço como elemento a ser temido. Referindo-se ao Prata, propõe: “À sombra de violência e rancores surdiria [*sic*] das ervas esse elemento de raivosa pugnacidade: – o mestiço. Os conquistadores espanhóis, [...], desacompanhados de mulheres [...], serviam-se a fartar das nativas submissas, e foram misturando seu sangue com o sangue indígena [...]. Gerava-se desse modo a perigosa população híbrida do país [...] que seria reforçada, a contar de fins do primeiro século ou começos do segundo, com o influxo do sangue negro [...]”.⁷²

Moysés Vellinho literalmente festeja a destruição das missões do Tape e dos Sete Povos, que nega, em forma indignada, terem pertencido à história do Rio Grande do Sul. Tese pela qual se batera, com destaque, quando da importante polêmica empreendida em 1955-6, no IHGRS, na historiografia e na grande imprensa rio-grandense, devido à proposta da construção de monumento e reconhecimento de Sepé Tiaraju como o primeiro caudilho da história rio-grandense, quando do segundo centenário de sua morte.⁷³

Para Vellinho, se o americano tivesse se mantido com maior vigor no Sul, teria comprometido a “composição étnica” *exce-lente* do rio-grandense: “Acresce que a rala população do Rio Grande daquele tempo não poderia receber sem grave prejuízo para as tendências eletivas de sua elaboração sociográfica a introdução repentina de um contingente maciço de índios inteiramente desavorotados”.⁷⁴ “Reunidos os índios à sombra da catequese, uma catequese sociologicamente infecunda, dado o seu caráter segregativo, está claro que outra seria, e para mal nosso, a composição étnica da nossa população básica [...]”.⁷⁵

71 Ibidem, p. 5.

72 Idem. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit., p. 14.

73 Cf. MANSUETO, Bernardi. [1888-1966]. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro*. Sepé Tiaraju. Porto Alegre: EST, Sulina, 1980.

74 VELLINHO. *Fronteira*. Ob. cit., p. 91.

75 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p.58.

Genocídio patriótico

Trocando em miúdos o pretensioso palavreado racista: numericamente pouco representativa, a fina flor *ariana* lusitana degeneraria, se conspurcada com o patrimônio genético maldito do americano, “material humano [...] do mais baixo teor” “quase inaproveitável, senão inaproveitável de todo, como fator de civilização”.⁷⁶ Nesse contexto, o ideólogo elogia sem pejo a escravidão e o genocídio das populações americanas, como direito das populações vitoriosas, sobre as derrotadas, pois inferiores: “Pre-ando índios e escravizando-os – àqueles bárbaros [*sic*] que viviam em guerras permanentes e devorando-se uns aos outros – os colonos se limitavam a cumprir uma lei da vida”.⁷⁷

Moysés Vellinho não nega totalmente a contribuição do nativo pampiano e guarani na formação do gaúcho rio-grandense. Porém, no momento em que reconhece essa participação, desqualifica-a. “O mestiço do branco com as nativas foi, sem dúvida, bastante encontradiço na comunidade campeira, mas em tempo algum pesou na concorrência com o padrão dominante.”⁷⁸ O que teria permitido à população rio-grandense desconhecer a oposição à civilização motivada por aquela raça inferior, ao igual das regiões do Prata: “[...] a formação do gaúcho rio-grandense não sofreu o terrível impacto daquela fronteira interna que o índio e o mestiço ergueram contra a dominação dos ‘godos’ [...]”.⁷⁹

Vellinho reconhece, igualmente, alguma contribuição do nativo à formação da população que considera como essencialmente rio-grandense, ou seja, de pura origem lusitana e luso-brasileira. Se é verdade que o americano teria em algo se mesclado aos primeiros colonizadores do Sul, também o teriam feito, *felizmente*, sem “corromper” a sua excelência racial: “O sangue indígena que se juntou ao daqueles pioneiros não foi suficiente para corromper-lhes a vocação formada em sua ascendência luso-brasileira”.⁸⁰

Ao borrar do passado rio-grandense a enorme contribuição da população americana, Moysés Vellinho acompanha autores como Assis Brasil, Alcides Lima e Rubens de Barcellos, e ignora olímpicamente as corretas propostas de Nicolau Dreys e Cezimbra Jacques, falsificando grosseiramente os dados históricos que conhecia. Além da incorporação incessante de nativos pampianos e guarani-missionários às fazendas sulinas, o Sul conheceu igualmente “introdução repentina” de grande população missioneira.

76 Ibidem, p. 82.

77 Ibidem, p. 71.

78 Idem. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit., p. 109.

79 Ibidem, p. 40.

80 Ibidem, p. 108.

Em 1757, quando a população luso-brasileira era minúscula, temendo a ruptura da paz com Castela, as tropas lusitanas recuaram dos Sete Povos das Missões, arrastando preventivamente milhares de guaranis-missioneiros que foram trabalhar nas fazendas e aglomerações urbanas, formando as importantes “aldeias de índios” da época. Com nomes portugueses, essa população dissolveu-se sobretudo nas classes subalternizadas rio-grandenses.

Sem negros

Para comprovar a tese esdrúxula da excelência racial sulina, o apologista travestido de historiador ignorou também a contribuição do africano escravizado à sociedade e à população sulina, substancial desde antes da ocupação oficial da região, em 1737. E o fez conhecendo indiscutivelmente os levantamentos estatísticos dos séculos XVIII e XIX, que assinalavam as multidões de afrodescendentes que pululavam na capitania e na província sulina, registrando o fato de que o Rio Grande estivera entre as principais regiões escravistas do Brasil.

O primeiro levantamento demográfico conhecido, de 1780, registra que 29% dos habitantes oficiais da região eram cativos. Se juntarmos a eles africanos e afrodescendentes livres e libertos e nativos semi ou plenamente aculturados, teremos população negra, nativa e mestiça próxima, se não superior, à maioria!

No que se refere ao trabalhador negro escravizado, Moysés Vellinho pratadamente ignora sua presença no Sul, retomando assim a narrativa de Assis Brasil, Alcides Lima e Rubens de Barcellos e desconhece os fatos dados fornecidos por Saint-Hilaire, Gonçalves Chaves, Nicolau Dreys e Cezimbra Jacques. Em *O Rio Grande e o Prata: contrastes*, dedica pouco mais de treze linhas a ele.⁸¹ Nas 235 páginas de *Capitania d'El Rei*, o cativo recebe onze linhas! Em *Fronteira*, é um absoluto ausente.

Portanto, ao contrário do castelhano, formado pelo intercruzamento racial desqualificador, sobretudo do espanhol com o nativo, o rio-grandense se originaria, direta ou indiretamente, na mais “pura cepa luso-brasileira”.⁸² Ao arrolar as raízes do povo sulino, em verdadeira limpeza étnica do passado, Moysés Vellinho destaca exclusivamente os “brasileiros oriundos de outras capitanias, principalmente de São Paulo, reinóis, açorianos, retirantes da Colônia do Sacramento”.⁸³

Entretanto, a proposta lealdade ao rei e destino nacional da população sulina só podia ser explicada como decorrência direta da pretensa pureza racial lusitana do rio-grandense através da dedução literal de impulsos, destinos, vocações e qualidades

81 Ibidem, p.107.

82 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p. 113 e 106.

83 Idem. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit., p.76.

históricas entranhadas na própria raça. Sem saída, Moysés Vellinho empantana-se igualmente nessa vertente irracionalista da interpretação racista da história, sem poder jamais explicar as razões primeiras e últimas dessas qualidades inerentes ao *sangue*. Registre-se que seu obscuro método histórico serve-se abundantemente dos termos obscuro, escuridão etc.

Sobre Portugal, fala de “gênio aglutinador da raça” e “fecunda capacidade de adaptação e deslocamento”.⁸⁴ Propõe que os bandeirantes “traziam obscuramente no sangue o impulso de uma vocação política, e tudo fariam por serem fiéis à sua predestinação”.⁸⁵ Afirma que o pioneiro rio-grandense “trazia, salvo naturalmente o índio, uma só marca, uma só vocação – a vocação e a marca de um povo de ânimo decidido e cioso de afirmação”.⁸⁶

Heróis providenciais

Igual ao povo rio-grandense, também o “Rio Grande de São Pedro tinha [...] a consciência de que só alcançaria o pleno cumprimento de seu destino histórico e político após a incorporação definitiva das terras inscritas em suas divisas naturais [...]”.⁸⁷ Destaque-se que essas forças *obscuras* do sangue, que jogavam positivamente em favor dos luso-brasileiros, deprimiam irremediavelmente os guaranis, vistos como povos sem história. As origens da população nativa rio-grandense teria raízes em “espessa escuridão, uma escuridão onde talvez nunca entrará qualquer raio de luz”. Tratariam-se de “tribos sem história, que vieram dar aqui não se sabe quando nem de onde, movidas por migrações obscuras”.⁸⁸

Nesse contexto irracionalista, as determinações do “meio”, os “antagonismos atávicos”, as “fronteiras naturais”, o “direito natural”, e, sobretudo, os heróis providenciais, personificações das virtudes excelentes da raça lusitana, desempenham papel crescentemente essencial em uma interpretação que abandona conscientemente a procura da explicação da essência dos fenômenos históricos pela construção de mitos apologéticos.⁸⁹

A construção de heróis providenciais alcança raias do inverossímil. Moysés Vellinho apresenta Silva Paes como prenhe de “insignes virtudes de diplomata e chefe militar”, e personagem de “estudo”, “fartos dotes de inteligência e de caráter”, “destemor e capacidade de ação”, destinado pelos “bons fados” a “lançar os alicerces do Continente de São Pedro”.⁹⁰ O mestre de

84 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p. 14.

85 Ibidem, p. 70.

86 Ibidem, p. 113.

87 Ibidem, p. 114.

88 Idem. *Fronteira [...]*. Ob. cit. p. 5 e 11.

89 Idem. *O Rio Grande e o Prata*. Ob. cit. p. 8, 19; *Capitania D’El-Rei*. Ob. cit., p. 11.

90 Idem. *Fronteira [...]*. Ob. cit., pp. 31, 32 e 77.

campo André Ribeiro Coutinho conhece o mesmo elogio louva-minheiro: “[...] uma figura inquieta e vigorosa, cheio de ardimento [...]” e “Guerreiro destemeroso e homem de ação”.⁹¹ Cristóvão Pereira de Abreu é apresentado como “grande pioneiro, ubíquo e inesgotável”.⁹²

Rafael Pinto Bandeira é delineado igualmente como personagem histórico possuidor de todas as qualidades e desprovido de qualquer defeito. Em *Fronteira*, em fusão maniqueísta e hilária da essência e da aparência, Vellinho amua-se seriamente porque, à galhardia espiritual que propõe para seu prometeu dos pampas, não correspondesse igual garbo físico. Efetivamente, o retrato contemporâneo ao personagem apresenta o demiurgo sulino como “cavaleiro gordo e canhestro” que “aos 50 anos” já necessitava de “banquinho para montar”.

Indignado, exigindo certamente para um tão grande herói um porte longilíneo e atlético, possivelmente com cabelos loiros fartos e longos e olhos azuis profundos e penetrantes, Moysés Vellinho “desafia” os artistas plásticos contemporâneos a criarem iconografia arbitrária, distanciada da informação histórica, mas próxima da figura personagem mítico que propunha. Qualquer coisa como espichar Napoleão em uns trinta centímetros para deixá-lo à altura dos feitos militares dos exércitos franceses!⁹³

Estado, raça e classe

Vellinho não se debruçava jamais sobre a documentação para desvelar a essência do passado, substituindo simplesmente o conhecimento da história a partir das suas contradições sociais e econômicas profundas, por reconstrução aleatória, irracional e mítica do ocorrido, que servisse de apoio a sua tese de predestinação rio-grandense, inscritas nas pretensas raízes raciais exclusivamente lusitanas de sua população, a participar de uma comunidade nacional que apenas o processo histórico construiria.

Apenas o caráter *nacionalista* não explica a permanência da influência e do prestígio da literatura trivial de cunho historiográfico de Moysés Vellinho, ainda mais se considerarmos o indiscutível *handicap* negativo de ter suas raízes assentadas em uma retórica racista explícita que mesmo os historiadores rio-grandenses mais conservadores esforçam-se por contornar.

Em 1989, o veto do prefeito Olívio Dutra à proposta de nomear o Arquivo Municipal de Porto Alegre com o nome de Moysés Vellinho foi derrubado, no dia 3 de abril, por uma Câmara Municipal ciente do racismo histórico do proposto patrono. Na

91 Ibidem, p. 53.

92 Idem. *Capitania [...]*. Ob. cit., p. 138.

93 Idem. *Fronteira [...]*. Ob. cit., p. 145-6.

ocasião, atendendo a pedido, publiquei um breve artigo – “Vellinho e as virtudes da raça” –, na *Folha do Trabalhador*, do PT de Porto Alegre, chamando atenção para o conteúdo racista e elitista da historiografia daquele personagem, distribuído e comentado na Câmara Municipal, enquanto o historiador Sérgio da Costa Franco e o jornalista e genealogista Pécio Pinto pronunciaram-se por escrito em favor da iniciativa.

Na *Zero Hora*, de 7 de abril, o vereador Isaac Ainhorn [1946-2006], promotor da proposta, opôs-se à proposta do governo de consultar a “opinião do povo de Porto Alegre” sobre o nome do Arquivo e defendeu que o veto era uma questão “ideológica”, já que a “frente petista” não questionaria o “nome do inteligente historiador [sic] e escritor de invejável estilo [sic], mas as posições que assumiu ao longo de sua vida”, que qualificou de “digna, honesta e produtiva”. No que, a bem da verdade, tinha total razão. O racismo é uma das ideológicas mais abomináveis jamais produzidas pela história da humanidade, que deve ter seu elogio direto ou indireto implacavelmente combatido.

Sinais dos tempos

Doze anos mais tarde, em 2001, os meios de comunicação, a academia e, paradoxalmente, o governo do Estado, também sob a chefia de Olívio Dutra, certamente revendo sua posição inicial, celebraram sem pejo o centenário do nascimento daquele ideólogo. Sintomaticamente, entre os convidados para a “mesa-redonda comemorativa ao centenário de Moysés Vellinho”, de 17 de dezembro, promovido pelo governo do Estado, através do IEL, estava o historiador Sérgio da Costa Franco, que terçara armas em defesa da queda do veto, como assinalado.

Cinco anos mais tarde, em fins de 2006, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, agora sob a direção do PMDB, novamente através da Secretaria de Cultura e do IEL, lançou reedição da obra *Capitania D’El-Rei*, de Moysés Vellinho, apresentada no sítio do IEL como: “*Capitania d’El-Rei*, de Moysés Vellinho”. Vinculado à vertente lusitana da historiografia, o autor dedicou-se a defender a origem e a evolução cultural luso-brasileira no Rio Grande do Sul. A obra trata do gaúcho brasileiro e sua vinculação ao projeto de estabelecimento das fronteiras nacionais.

Moysés Vellinho explicou o passado sulino como decorrência das pretensas raízes étnicas excelentes de pioneiros destinados, desde sempre, pelo sangue, a construir um Brasil de lídimas raízes lusitanas no sul da América. Para tal, negou ou escamoteou radical e arbitrariamente a contribuição essencial e centenária do nativo, do africano e de seus descendentes à construção da sociedade rio-grandense, personagens permanentemente subalternizados no processo histórico objetivo.

Reduzindo miticamente a história do Rio Grande do Sul a uma obra exclusiva do patriciado luso-brasileiro, Moysés Velli-

nho encobriu e justificou aulicamente a violência da expropriação do território às populações autóctones e a exploração do mundo do trabalho, de raízes nativas e africanas, no século XVIII e XIX, transformando, assim, sua apologia, apesar das excrescências racistas explícitas, em narrativa funcional a toda ordem interessada na alienação política, social e ideológica do mundo do trabalho.



Mário Maestri (1948) é natural de Porto Alegre. Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Históricas pela Université Catholique de Louvain. Atualmente, é professor titular do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo – UPF. Tem experiência nas áreas de história social, história e literatura, história e arquitetura, com ênfase em história do Brasil. Atua principalmente com os seguintes temas: história do Brasil, história do Rio Grande do Sul, história da escravidão no Brasil, história da escravidão no Rio Grande do Sul e história da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Algumas publicações do autor

MAESTRI, Mário. *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Karthala, 1992.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência, sociedade*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2006.

MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro: séc. XVI*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1994.

MAESTRI, Mário. *Storia del Brasile*. Milano: Xenia, 1991.

MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.